## **Editorial**

## PEDRO GOULART PAULO CASTRO SEIXAS

O que motiva as práticas de organizações e pessoas? Esta pergunta tem norteado a investigação de muitos académicos. Incentivos — foi a resposta genérica da Economia, com a aplicação por exemplo nas remunerações que maximizem o desempenho. Rapidamente, a complexidade das ações humanas, tanto a nível individual como organizacional, levou a aprofundar o conhecimento sobre o enquadramento institucional e sobre os incentivos explícitos e implícitos daí decorrentes. O prémio Nobel da Economia Douglass C. North refere restrições formais e informais que enquadram as ações das interações na sociedade (North, 1991). Leis, tradições e códigos de conduta vão condicionar o desenvolvimento e mudança de pessoas e instituições.

A administração das organizações tem uma viragem clara com a chamada "Experiência de Hawtorne" em 1927. Dos incentivos económicos a indivíduos passou-se a compreender as organizações como grupos que respondem ao reconhecimento, à aprovação social e à participação: tinha surgido o social nas organizações. Assim, em oposição ao carácter legislativo e punitivo, a ênfase mais recente aponta o reforço positivo e aconselhamento indireto para atingir o cumprimento voluntário (Thaler e Sunstein, 2008). É claro que descobrir as organizações como gestão de relações humanas entre o indivíduo, o grupo e a organização formal aumentou fortemente a complexidade e a possibilidade de perversidade e cinismo organizacional. Tal exige uma ciência mais complexa e próxima da realidade (Thaler, 2000).

Os artigos neste número investigam estas questões em vários setores e contextos. (P.) Correia, Carrapato e Bilhim estudam a implementação de parcerias público-privadas nos hospitais em Portugal e concluem que esta alteração da estrutura de incentivos promoveu o isomorfismo e a uniformização destas organizações. Garcia analisa a questão premente da obesidade e enfa-

## Ciências e Políticas Públicas | Public Sciences & Policies Editorial P. Goulart • P. C. Seixas

tiza a necessidade de focarmos as políticas na mudança da estrutura de incentivos e não nos comportamentos individuais decorrentes dessa estrutura. (A.) Correia discute a possibilidade de não implementação das leis e que, portanto, torna-as necessárias mas não suficientes como incentivos para a mudança. A discussão das opções disponíveis na construção deste enquadramento institucional a que Thaler et al. (2014) chamaram arquitetura das escolhas parece particularmente relevante.

Uma boa governança reveste-se de acrescida importância em situações políticas mais instáveis ou polarizadas (Hout et al., 2011). Nhapi e Mathende analisam a expansão do sistema de segurança social no Zimbabwe e argumentam que a participação dos utentes é fundamental para um regime de *checks and balances* que contribua para a manutenção da qualidade. Naturalmente, falam de uma participação real e não ilusória (Gómez et al., 2010). Por fim, embora as regras formais sejam fáceis de mudar, as informais demoram mais tempo (North, 1992). Talvez por isso, Lima e Coutinho encontram que o carisma de um líder na Venezuela foi ainda ancorado na herança passada para assegurar o poder e eventual mudança futura. A característica de *path dependence* é crucial para a compreensão da mudança societal.

## Referências

- Gómez, G., A. Corradi, P. Goulart e R. Namara (orgs.) (2010) *Participation for What: Social Change Or Social Control?* The Hague: ISS and Hivos.
- Hout, W., H. Kifordu e P. Goulart (2011) Governance, Conflict and Dispute Resolution: Introduction. *The Open Area Studies Journal* 4: 14-15.
- North, D. C. (1991) Institutions. *Journal of Economic Perspectives* 5(1): 97-112.
- North, D. C. (1992) Institutions, Ideology, and Economic Performance. *Cato Journal* 11(3): 477-496.
- Thaler, R. H. (2000) From Homo Economicus to Homo Sapiens. *Journal of Economics Perspectives* 14: 133-141.
- Thaler, R. H. e C. Sunstein (2008) Nudge: Improving Decisions about Health, Wealth and Happiness, Yale University Press.
- Thaler, R. H., C. R. Sunstein e J. P. Balz (2013) Choice Architecture. In E. Shafir (org.) *The Behavioral Foundations of Public Policy*, Ch. 25.

